

REVISITANDO A INCLUSÃO SOB A ÓTICA DA GLOBALIZAÇÃO:

DUAS LEITURAS E VÁRIAS CONSEQÜÊNCIAS

Introdução:

Este artigo tem como objetivo aprofundar as discussões iniciadas em artigo anterior¹. Naquele artigo, procurei delinear alguns aspectos denunciadores de uma apropriação que chamei ideológica da idéia de globalização. Argumentei ainda que esta apropriação ideológica poderia constituir séria ameaça aos avanços de lutas democráticas (**que incluem** a proposta de educação para todos e o processo de inclusão) que temos verificado no decorrer do presente século, em especial após sua segunda metade. E alertei para a importância de ficarmos atentos a uma análise crítica de discursos ideológicos cujas palavras-chave seduzem o leitor e o ouvinte, mas que incorrem, quando postas em prática, em medidas altamente discriminatórias e socialmente injustas.

No presente artigo, pretendo aprofundar os pontos ali iniciados, ao apontar para a importância de se reconhecer pelo menos duas formas de leitura da Globalização: uma de paradigma humanista/democrático, e outra, resultante de apropriações político-partidárias sobre o tema, que terminam por localizá-lo numa perspectiva meramente economicista. Em conseqüência, procuro analisar as várias implicações de ambas as leituras ao processo de inclusão de portadores de deficiência na rede regular de ensino. O artigo termina com algumas considerações sobre o papel ativo que cada um de nós, direta ou indiretamente implicados no processo de inclusão, pode e deve exercer na luta contra uma apropriação economicista dos ideários humanistas da globalização.

¹ Santos, M. P. (1997)

As Globalizações

O tema "globalização", apesar de estar bastante presente em nosso cotidiano, ainda não atingiu um consenso em termos de sua definição. Isto se verifica até mesmo na fervorosidade com que uns se manifestam a favor, outros contra. Se há algum consenso até agora, este parece ser o de que a globalização, seja lá em que sentido ela for definida, existe. Este reconhecimento de sua existência pode ser verificado nas mais diferentes falas. Por exemplo,

Quando se discute a política da globalização, dois são os elementos que à primeira vista aparecem como centrais: o reconhecimento factual de que a globalização existe e configura uma nova ordem internacional e de que são possíveis variadas inserções nessa ordem internacional globalizada. A globalização não permite expectativas de automatismo ou o quietismo político².

No final de outubro, a vetusta Escola Superior de Guerra, berço da política de Segurança Nacional nos tempos do regime militar, estará reunida humildemente com professores dos núcleos de estudos estratégicos de diversas universidades do país, para discutir um tema que vem derrubando um a um todos os pilares sobre as quais ela foi construída: a globalização, que vem tornando anacrônicos temas como fronteiras, nação e geopolítica. Quais as perspectivas do Brasil dentro da Nova Ordem Mundial?³

Os exemplos poderiam ser exaustivos. O que as falas acima têm em comum, vale ressaltar, é exatamente o reconhecimento generalizado da globalização. Esta palavra é, hoje, dotada de uma enorme fluidez, percorrendo todos os espaços e relações, enfim, todas as formas de organização (política, social, econômica, educacional, trabalhista...). Se, por um lado, essa fluidez caracteriza o próprio uso difuso e não consensual do termo, ela também permite identificar, em complementação a uma revisão da literatura sobre o assunto, a aplicação simultânea de pelo menos dois significados ao seu uso.

Primeiro, significando um processo em si, decorrente de rumos históricos seguidos pela humanidade, e reforçador de propostas de cunho social que primam pela equalização de direitos e valores entre seres humanos. Segundo, significando um conceito que pode ser apropriado por discursos ideológicos (não menos históricos) e assumindo,

² O Globo, 06 de março de 1996. "Política da Globalização", de Ronaldo Mota Sardenberg, Embaixador e Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (retirado da Internet, site desconhecido)

³ Revista Relatório Reservado, número 15088, de 14 de abril de 1996 (retirado da Internet, site e autor desconhecidos)

consequentemente, um caráter legitimador de interpretações parciais e determinante de certos estados sociais ideologicamente produzidos, encarados como se fossem "naturais", e deslocando o foco de discussões políticas e práticas sociais para uma perspectiva economicista. São estes dois aspectos, essas duas leituras de globalização e suas conseqüências ao movimento pela inclusão, que constituem o interesse deste trabalho, e por isso serão aprofundados a seguir.

- ***Globalização no sentido Humanista***

A globalização entendida num sentido humanista, ou seja, que prime pela igualdade de valores entre seres humanos e pelo respeito à diversidade e pluralidade de sua experiência, não constitui novidade. Por exemplo, o uso sistemático da expressão "aldeia global", pode ser encontrado nas idéias desenvolvidas em meados dos anos 60, por Herbert Marshall McLuhan, também conhecido como "profeta da era eletrônica" e "Papa da comunicação"⁴. Tal como vários humanistas, McLuhan acreditava

...que a experiência humana é plural e difusa e que, no próprio ato de nos darmos consciência de nós mesmos, transformamo-nos em receptáculo de uma rica variedade de sensações simultâneas. A todo instante de nossa vida consciente, damo-nos conta, a um só tempo, do ver, do ouvir, do tocar, do sentir odores e do paladar. (Miller, 1971, p.10-11)

Para ele, qualquer tentativa de expressar essa experiência seria essencialmente limitadora da mesma, na medida em que os meios de comunicação são veículos de representações das coisas, mas não são as coisas em si. Ele atribuía uma crítica especial ao que chamou de tradição escrita da sociedade, porque no seu entender esta tradição condenou a multiplicidade da experiência humana ao mundo meramente visual, limitando demasiadamente o uso de outros canais sensoriais pelo ser humano.

Estes limites se tornaram ainda mais escravizantes com a invenção da imprensa mecanizada. É Miller (1971) quem, novamente, expressa com clareza esse pensamento McLuhaniano:

O empobrecimento provocado pela descoberta da escrita aumentou para além de todas as proporções quando a escrita se viu ligada à invenção da imprensa e mecanizada. A clara legibilidade dos tipos tornou possível que o olho corresse sobre a superfície "asfaltada" de um texto, absorvendo, num descuidado lançar de vista, noções que poderiam ser mais subtilmente moduladas e matizadas, se emitidas como

4. Costa Filho, I. C. (1994)

expressão verbal. McLuhan chama também nossa atenção para a regularidade linear da página impressa e afirma que nosso longo contato com essa forma de apresentação conduziu-nos a somente aceitar idéias que se conformem a certos padrões lógicos estritos. O homem-Gutenberg é, pois, segundo McLuhan, explícito, lógico e literal; permitindo que os bem enfileirados regimentos do texto o tornassem super-disciplinado, o homem fechou seu espírito a possibilidades mais amplas de expressão significativa. (p.12)

Ainda que suas ressalvas a respeito do mundo da escrita sejam bastante questionáveis, o que se pretende chamar atenção aqui é para o teor humanista de suas concepções sobre o global, que implicava admitir a multiplicidade da experiência humana (através do uso irrestrito de todos os sentidos da percepção). Para ele, o mundo já foi globalizado um dia, quando o homem, **vivendo em aldeias**, ainda não havia sofrido este aprisionamento provocado pela palavra escrita. E ainda para ele, a única forma de reverter essa situação é retornarmos a um estado "globalizado" (**ainda que não mais organizado em aldeias, e sim, industrializado**), em que possamos nos expressar e vivenciar nossa pluralidade, seria através do uso máximo e do acesso total aos mais variados meios de comunicação (rádio, TV, telefone, computador), porque quanto maior o número de sentidos utilizados, maiores as chances de comunicação total da experiência.

Assim, a cultura letrada, em sua opinião, servia a função de disciplinar, uniformizar e homogeneizar, exatamente por limitar as representações aos universos individuais e relativizar as interpretações de acordo com códigos (fonéticos, gramaticais) previamente definidos e padronizados. Em sua visão de mundo global, tal homogeneização seria deplorável. Por sua vez, a utilização de todas as outras vias de comunicação (**além da escrita**) seria compatível com sua visão de "aldeia global", na medida em que permite que as imagens e sons sejam

...prontamente transmitidos a um espírito atento, com velocidade telepática; e, como os vários mecanismos podem ser relacionados entre si, de modo a constituírem uma vasta rede, o homem eletrônico volta a encontrar-se numa aldeia tribal, de escala planetária. (Miller, 1971, p.13)

Provavelmente, McLuhan não desenvolveu essas idéias nessa época à toa. Aqueles anos representaram um momento na história em que não apenas a visão de uma "aldeia global", como também outros termos surgiram, caracterizando cada vez mais a afirmação de uma perspectiva humanista. Acima de tudo, essa perspectiva admite como fundamentais aspectos como igualdade de valores e direitos entre seres humanos, e o reconhecimento e respeito às diferenças, ou diversidades.

Os acontecimentos que, pelo menos em teoria, fortaleceriam essa perspectiva ao longo da história e contribuiriam para a construção de um mundo democrático e justo, são: (1) o avanço das telecomunicações e tecnologia de informação; e (2) a consolidação de uma nova ética, baseada nos princípios humanistas originais e acrescida de uma conscientização ecossistêmica⁵. Esses dois acontecimentos, captados numa perspectiva humanista, trariam implicações positivas a todas as áreas da vida humana, inclusive à educação. Esta, por sua vez, e como consequência, passaria a assumir um papel de extrema importância à organização social. A educação sofreria implicações imediatas, em todos os sentidos. Ela ficaria mais bem equipada, seus currículos seriam enriquecidos em variedade e qualidade, seu papel seria ampliado para o de **formadora**, além de **informadora**; e ela seria a arena, por excelência, da transformação humana, palco infundável e democrático de debates, visões e revisões, e também de experiências.

- ***Globalização no sentido Economicista***

No entanto, os mesmos fatos históricos que inspiraram a adoção dos aspectos supracitados, também abriram espaço para uma outra concepção, hoje conhecida como neo-liberalista, que, embora advinda de um ideário liberal, torna-se "neo" por focalizar sua atenção nos aspectos econômicos das propostas liberais. Cabe aqui um pequeno parêntesis sobre liberalismo, para que possamos avançar na análise e entender de que forma os aspectos acima são hoje re-apropriados e distorcidos para corresponder a esse foco economicista de organização das sociedades.

De acordo com Macridis (1992),

O liberalismo consiste em três núcleos. Um é moral, o segundo é político, e o terceiro é econômico. O núcleo moral contém uma afirmação de valores e direitos básicos, atribuíveis à "natureza" do ser humano - liberdade, dignidade, e vida - subordinando tudo o mais à implementação deles. O núcleo político inclui primariamente direitos políticos - direito de votar, de participar, de decidir que tipo de governo eleger, e que tipos de políticas seguir. É associado à democracia representativa. O núcleo econômico tem a ver com direitos econômicos e de propriedade. Ainda é referido como "individualismo econômico", "sistema de livre iniciativa", ou "capitalismo", e pertence aos direitos e liberdades dos indivíduos para produzirem e consumirem, para estabelecer relações contratuais, para comprar e vender através de uma economia de mercado, para satisfazer seus desejos de acordo com suas maneiras próprias, e para se desfazerem de suas propriedades e de seu

⁵ Ver Santos, M.P. (1997)

trabalho na medida em que assim o decidam. A máxima (deste núcleo, obs. minha) tem sido a propriedade privada e uma economia de mercado que sejam livres de controles e regulações por parte do Estado. (p.25)

No neo-liberalismo, segundo o autor acima, acontece uma mudança de ênfase do núcleo moral para o econômico. Segundo ele diz,

O liberalismo inicial enfatizava direitos civis e pessoais - o núcleo moral. (...) Os neo-liberais reafirmam enfaticamente as premissas liberalistas iniciais que enfatizavam o aspecto econômico. (P.68)

Se assim acontece com o neo-liberalismo, não fica difícil entender que haverá, quase que inevitavelmente, como consequência, uma outra interpretação dos aspectos enfatizados por uma globalização humanista. As implicações dessa interpretação serão praticamente opostas. Ainda que os aspectos preconizados continuem sendo os mesmos, o parâmetro economicista para a implementação deles transforma radicalmente as práticas sociais resultantes. Ao invés de igualdade de valores e direitos entre seres humanos, e do reconhecimento e respeito às diferenças, o que se vai priorizar são as reinterpretações econômicas que se possa fazer a respeito de cada um desses aspectos.

Assim, temos as mesmas bandeiras (igualdade de valores e direitos, e reconhecimento e respeito às diferenças), mas priorizamos o econômico. A priorização deste, por sua vez, é ideologicamente legitimada em função das transformações decorrentes daqueles mesmos acontecimentos que, originalmente, serviriam de apoio a uma perspectiva humanista (o avanço das telecomunicações e das tecnologias de informação; e a consolidação de uma ética ecossistêmica). Numa perspectiva economicista, a ética ecossistêmica coloca a todos em estado de interdependência, responsabilizando a todos pelo que acontece a todos.

Há, portanto, que se cuidar, por exemplo, para que um incêndio na Amazônia, ou o vazamento de uma usina em Chernobil, não aconteçam nunca, ou se acontecerem, devem ser contidos imediatamente, sob pena de exclusão daquelas nações do círculo mercadológico de interdependência. O que se esquece de pensar, no entanto, é nos por quês destes "acidentes" acontecerem (por exemplo, a falta de infra-estrutura desses países, notavelmente menos favorecidos, em obter ou manter recursos para a conservação ou aprimoramento de seus bens, bens esses ditados internacionalmente como fundamentais para o progresso mundial).

Por sua vez, o avanço das telecomunicações e da informação numa perspectiva economicista, ao mesmo tempo em que dissemina conhecimento (o que é aspecto positivo), redefine a noção de mercado e conseqüentemente, de trabalhador, com conseqüências óbvias à educação, que passa a assumir papel de destaque. É Flecha (1996) quem exemplifica esse aspecto de forma muito clara, quando analisa as novas igualdades educativas na "sociedade informacional":

O impacto desta nova revolução informacional conquista cada vez mais espaços da vida humana. O processamento de informação está se transformando no fator determinante da economia e do conjunto de áreas de nossa vida social... Tal panorama implica que os elementos curriculares são muito mais decisivos que na sociedade industrial. Cada vez mais, o desenvolvimento nas diferentes áreas da vida social depende das características da própria cultura, dos conhecimentos e destrezas que se possuem. (p.34)

E aqui, a questão que se coloca é: quem tem real possibilidade de acesso à toda essa tecnologia? Quem tem condições de desenvolvê-la e mantê-la? Certamente, a informação e o conhecimento nunca foram tão propagados quanto hoje. Mas ainda se necessita, entre outras coisas, de equipamentos especiais para seu acesso, geração e manutenção. Ainda que toda a tecnologia, em teoria, facilite o acesso, este acesso ainda não está garantido de fato, o que gera uma desigualdade cultural, o que, por sua vez, retroalimenta as desigualdades sociais. E, em nome de um suposto respeito às diferenças, os mais poderosos continuam exercendo suas diferenças e impondo seus hábitos culturais (Flecha, 1996, p.36) aos que não dispõem das mesmas condições.

Fica, assim, caracterizada a nova forma de exclusão social e mascaramento das desigualdades. Antes de discutir suas conseqüências relativas à inclusão, cabe uma breve revisão sobre esta, com vistas a informar como se situam, na atualidade, alguns dos debates a seu respeito.

Perspectiva Histórica do Movimento pela Inclusão

De uma forma geral, é possível identificar, através de uma revisão histórica da proposta de inclusão, movimentos que refletem as preocupações que até aqui foram descritas como de cunho humanista. A título de ilustração, e até porque este assunto tem sido extensivamente abordado por diferentes autores⁶, dividirei essa análise histórica em

⁶ Ver, por exemplo: Mazzotta (1982); Not (1983); Jannuzi (1985); Ferreira (1994)

apenas dois momentos principais, deixando de lado, para os fins deste artigo, a análise do período que por vezes chamo de "pré-histórico" da educação especial (aquele em que portadores de deficiências não eram sequer levados em consideração).

Cabe antes, porém, uma ressalva, a respeito dos conceitos de inclusão e integração. Ainda que alguns autores os considerem de forma diferenciada (Werneck, 1997), em minhas leituras ainda não encontrei razões suficientemente convincentes para que os vejamos assim. O que percebo é que, no processo histórico de luta pela integração, os paradigmas desta luta vêm sendo revisitados e atualizados, de forma tal que, inevitavelmente, procura-se adotar termos que cada vez mais reflitam os novos pensares. Assim é que, por exemplo, já utilizamos os termos "mainstreaming", "velha integração" (utilizado, tal como mainstreaming, para se referir ao processo de integração na perspectiva de uma provisão gradual de serviços cada vez mais integradores), "nova integração" (utilizado em referência a um modelo social de análise da deficiência, por oposição a um modelo estritamente clínico, e como sinônimo do que hoje se conhece por inclusão) e inclusão.

O que gostaria de ressaltar é que definitivamente, como teria que ser, o termo-chave vem sofrendo revisões que refletem o próprio processo de progressão por que passa o movimento de integração/inclusão. Neste sentido, talvez o termo adotado seja menos importante do que prestar atenção ao foco de análise e prática que eles sugerem. Me parece que o relevante é saber que, ao longo de um processo, os focos mudaram (do indivíduo, para os serviços de apoio, para a sala de aula, para uma visão multi-dimensional) e é provável que, como tal movimento se constitui num processo, os termos-chave continuem mudando sempre, à medida em que os paradigmas vão sendo revistos ⁷, como, repito, não poderia deixar de sê-lo.

De qualquer forma, cabe sempre lembrar que todos os termos adotados até hoje refletem, dentro da área de educação especial, passos dados no processo histórico de uma luta maior, pela educação para todos, bandeira também humanista e democrática, documentada oficialmente em Declaração Universal durante a Conferência Mundial

⁷ Para uma excelente revisão sobre essa discussão, ver Doré, R. Wagner, S. & Brunet, J-P. (1997)

sobre Educação para Todos em Jomtiem, Tailândia, 1990 e que, tal como a integração e a inclusão, constituem parte do processo maior de luta pelo reconhecimento da igualdade de valores e direitos entre seres humanos.

Retornando então ao ponto de partida desta seção, focalizarei minha análise apenas nos dois períodos que considero de relevância imediata ao assunto que ora tratamos (qual seja, da inclusão em relação à globalização). São eles:

- ***Do Indivíduo Excepcional ao Indivíduo Portador de Necessidades Especiais***

Este período vai do momento em que o portador de deficiência é "descoberto" em suas possibilidades educacionais ao momento em que o grau de afirmação de tais possibilidades, entendidas em suas peculiaridades e contextualizadas cada vez mais dentro de paradigmas humanistas, passa a ser analisado em referência a uma relação estabelecida entre a deficiência propriamente dita e o meio em que ela acontece, que pode ser mais ou menos incapacitante ao indivíduo.

Em outras palavras, uma perspectiva relativista é assumida, segundo a qual o grau de incapacitação da deficiência dependerá em grande parte do tipo de concepção que o ambiente em que vive o indivíduo atribui à deficiência. Com isso, a responsabilidade, que até então era meramente atribuída ao indivíduo, por seus possíveis fracassos, passa a ser dividida com a sociedade em que vive. E desta forma, também caberá à sociedade (e não mais apenas ao portador de deficiência) mover esforços no sentido de promover uma participação social plena ao portador de deficiência. Aqui, pela primeira vez se reconhece uma dimensão bidirecional à questão da deficiência como característica incapacitante, dependendo da forma como é representada socialmente.

Este momento é bastante marcado pelo surgimento de iniciativas legais, governamentais e oficiais, enfim, relativas à garantia cada vez maior de direitos e serviços que assegurem e proporcionem aos portadores de deficiências uma participação cada vez maior nas decisões sobre sua própria vida e na vida comunitária. Em termos temporais, estamos falando de um momento cujo início poderia ser demarcado pela Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948.

- *Dos Portadores de Necessidades Especiais aos que Experimentam Barreiras à Aprendizagem*

Justapondo-se, em nascimento, ao período descrito acima; um pouco decorrente da adoção mais recente do termo inclusão no contexto das propostas de Educação Para Todos; e ainda fortemente em desenvolvimento, é possível identificar, em anos bem mais recentes, uma perspectiva crítica ao processo de inclusão associado apenas a portadores de deficiências. Na tentativa de resgatar o princípio humanista de igualdade de valores entre seres humanos dentro de uma visão ainda mais democrática, tem sido argumentado (Booth, 1983) que o uso do termo "necessidades especiais" limita o movimento pró-inclusão a apenas uma parcela de excluídos (os portadores de deficiência, agora chamados de portadores de necessidades educativas especiais), e limita a prática da inclusão a uma perspectiva relativa apenas aos que já estavam de fora.

Esta argumentação implica que o movimento é de alcance muito mais amplo: refere-se a todos os excluídos (deficientes ou não), e a sua prática não deve se referir somente a colocar dentro quem está fora (**inclusão propriamente dita**), ou a recolocar dentro quem já lá esteve e saiu por algum motivo (de-segregar), mas também a não deixar sair quem já está dentro e sendo fracassado (**não segregar**), e, portanto, em vias de, exclusão. Nesse sentido, ao se falar em "inclusão de indivíduos que experimentam barreiras à aprendizagem" (Booth & Ainscow, 1998), acredita-se estar indo diretamente ao foco de interesse no que concerne à educação e aos sistemas escolares: os aspectos pedagógicos, curriculares, profissionais, envolvidos no processo de inclusão educacional.

Por seu histórico fica claro que a proposta inclusiva está totalmente alinhada com a perspectiva humanista. Inserida num momento histórico de globalização, se este for entendido em seu sentido também humanista, as conseqüências são altamente positivas. Mas, se inserida num contexto de globalização apropriada por um modelo economicista, ela se transforma numa proposta utópica. Tentarei mostrar, a seguir, de que forma tais possibilidades podem acontecer, dando ênfase às conseqüências educacionais.

Globalizações e Inclusão

• *Inclusão na Globalização Humanista*

Numa perspectiva humanista a inclusão é de extremo benefício e, conforme mencionado acima, a educação refletiria várias conseqüências. Sem pretensão de querer esgotar o assunto, listarei algumas dessas conseqüências, tomando como referência os dois acontecimentos históricos, citados anteriormente, que fortaleceriam a perspectiva humanista, trazendo reflexos também à inclusão:

- (1) Em decorrência de uma ética ecossistêmica, a igualdade de valores e direitos seria reafirmada, o que promoveria a visão das diversidades (e aqui poderíamos incluir aquelas diversidades também representadas pelas minorias excluídas) como aspecto inerente à **experiência** humana. Essa visão, por sua vez, contribuiria para o fim de práticas e relações sociais discriminatórias, ao longo de um processo de mudanças cotidianas de atitudes de uns em relação a outros.
- (2) Ainda em decorrência desta ética, seria reconhecido que não existe total independência de ninguém. Todos precisamos de todos, de uma forma ou de outra, e este precisar independe, em essência (ainda que possa ser ampliado), de nossas habilidades, capacidades, etc. Precisamos uns dos outros pelo simples fato de que vivemos em sociedade. Assim, aqueles com deficiências não mais seriam vistos de forma tão negativa.
- (3) Reconhecer esta interdependência nos remeteria a uma situação de sensibilidade aos aspectos nos quais precisamos mais ou menos dos outros, o que, em outras palavras, nos faria perceber os aspectos nos quais diferimos uns dos outros. Com isso, um respeito mútuo por essas diferenças poderia ser alimentado, sem culpas nem paternalismos.
- (4) Em termos educacionais, as escolas reconheceriam que seu corpo docente, técnico, discente e de funcionários também estão engajados nessa relação de interdependência. Poderia haver esforços mais genuínos no sentido de buscarem juntos soluções a problemas, ou mesmo de re-conceitualizar situações que antes eram vistas como problemáticas (por exemplo, a presença de alunos portadores de deficiências e de outros excluídos) de outra forma.
- (5) Em assim o fazendo, esforços seriam movidos em todos os sentidos, em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva. Por exemplo, as escolas provavelmente se preocupariam em estabelecer sua filosofia, em rever suas práticas pedagógicas, em

rever seus sistemas de avaliação (que deixaria de ser baseada em mérito e rendimentos, para ser baseada nas potencialidades de cada aluno), adaptar seus currículos (não em termos de privação de conteúdos que forneçam uma educação básica de qualidade, mas em termos de busca de novas abordagens de entrega do currículo obedecendo aos diferentes ritmos e às características de aprendizagem de seus alunos).

- (6) Por outro lado, em decorrência do avanço das telecomunicações e das tecnologias de informação, o conhecimento estaria asseguradamente sendo mais e mais socializado. Uma formação mais crítica, decorrente deste aspecto, aconteceria nas instituições de ensino. As escolas poderiam desenvolver práticas pedagógicas inovadoras e reabilitativas, se fosse o caso, e de acordo com as necessidades. O treinamento profissional da comunidade escolar seria mais facilmente garantido (desde que, é claro, tempo fosse garantido para tal) e de melhor qualidade, no sentido de que todos possuiriam acesso a conteúdos que proporcionariam uma formação profissional crítica, holística e de qualidade (esta, volto a repetir, entendida em termos de formação, e não em termos de rendimento escolar traduzido por notas e aspectos comparativos).
- (7) Surgiria, assim, o perfil de um trabalhador/profissional informado e educado, preparado para lidar com as diversidades e adversidades sem o imediatismo de recuar e regressar a práticas discriminatórias ao sinal das primeiras dificuldades no lidar com aquelas.

- ***Inclusão na Globalização Economicista***

E no entanto, tudo o que foi colocado acima, teria conseqüências bem opostas numa inclusão contextualizada numa globalização economicista. Vejamos algumas:

- (1) A percepção de uma interdependência trazida pela ética ecossistêmica seria vista de forma negativa, na medida em que o reconhecimento das diferenças não implicaria, necessariamente, em sua valorização. Especialmente no caso em que essas diferenças fossem vistas como geradoras de ainda mais dependência. Afinal, lembremos, numa perspectiva economicista o cidadão é transformado em consumidor/produtor. Para ser capaz de consumir, é necessário que sejamos capazes de gerar renda própria (**produzir**), o que por sua vez fica difícil de acontecer, **dadas as reinterpretções economicistas de nossas diferenças, que as ressignificam como**

desvantajosas, na medida em que somos comparados aos outros em termos das capacidades produtivas que possamos ter perdido.

- (2) Com isso, a igualdade de valores e direitos não seria reafirmada. Haveria, sim, uma aceitação "natural" da idéia de que nossas diferenças produzem valores diferentes entre as pessoas. Como uns poderiam "fazer mais" do que outros, os que poderiam "fazer menos" inevitavelmente "valeriam" menos. Práticas no mínimo assistencialistas e paternalistas predominariam como pano de fundo das relações sociais, refletindo-se em esforços excessivos de compensação (dos que "podem menos", para tentar se igualar aos que "podem mais", ou dos que "podem mais" para aliviar o sofrimento dos que "podem menos", e assim aliviar, também, suas próprias culpas), ou no exagero dado à importância da reabilitação.
- (3) Em termos educacionais, as escolas não teriam como preocupação central uma educação para todos, nem o desenvolvimento de práticas necessariamente inclusivas. As soluções a "problemas" continuariam dependendo da boa-vontade do professor, e as soluções em equipe não seriam muito buscadas. Tampouco haveria uma preocupação das escolas em estabelecer sua filosofia educacional, e desenvolver suas propostas pedagógicas.
- (4) O conhecimento decorrente do avanço das telecomunicações e das tecnologias de informação, continuaria sendo socializado, mas a exploração máxima das possibilidades de uso desses conhecimentos ficaria limitada a alguns. Uma formação mais crítica não seria extensiva a todos. As práticas da escola tenderiam a continuar valorizando mais alguns em detrimento de outros.
- (5) Inevitavelmente, os trabalhadores continuariam a ser formados (e desinformados) numa concepção determinista de que "as coisas são assim mesmo", ou fatalista de que "uns são mais abençoados por Deus do que outros". E, se assim o são as coisas, não há nada mesmo que muitos possam fazer por nada. Melhor deixá-las do jeito que estão.

Considerações Finais

Informar é preciso. Estudar é preciso. Confrontar é preciso, como querer mudar (e mudar de atitudes) também o é. Não podemos acreditar que seja verdadeira a idéia de que "quando um não quer dois não fazem". Apesar das diferenças essenciais entre as duas leituras apresentadas sobre a globalização, um consenso fica claro em ambas: o momento prima pelo diálogo, pelo embate saudável de idéias e tentativas de

convencimento. A luta é sempre política (em seu significado mais amplo, e não necessariamente apenas no sentido partidário), seja qual for o sentido dado à globalização. E para que essa luta se trave em nosso cotidiano, sempre, não mais podemos nos furtar a buscar cada vez mais e mais informação e conhecimento sobre os assuntos de nosso dia-a-dia. É preciso isso para que possamos tomar decisões conscientes sobre nossas posturas e atitudes em relação à vida. Nunca o conhecimento foi tão importante como nos dias em que vivemos. E a tendência parece ser a de que isso se tornará cada vez mais crucial à continuidade saudável de nossas relações, de nossos rumos. Afinal, não podemos mudar o que desconhecemos.

Referências Bibliográficas

- BOOTH, T. & POTTS, P. (1983) Integrating Special Education. Oxford, Basil Blackwell.
- BOOTH, T. & AINSCOW, M. (1998) From Them to Us: na International Study of Inclusion in Education. London, Routledge.
- COSTA FILHO, I. C. (1994) O Profeta de Volta à Cena. Em: MESQUITA, V. & CYSNE, F. P. (orgs.) O Termômetro de McLuhan: bases para a reflexão interdisciplinar. Fortaleza, EUFC, cap.3.
- DORÉ, R., WAGNER, S. & BRUNET, J-P. (1997) A Integração Escolar: os Principais Conceitos, os Desafios e os Fatores de Sucesso no Secundário. Em: MANTOAN, M. T. E. (org.) A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuições para uma Reflexão sobre o Tema. São Paulo, Memnon.
- FERREIRA, J. R. (1994) A Exclusão da Diferença. Piracicaba, UNIMEP
- FLECHA, R. (1996) Novas Desigualdades Educativas. Em: CASTELLS, M. et alli (orgs.) Novas Perspectivas Críticas em Educação. Porto Alegre, Artes Médicas, cap. 2.
- JANNUZZI, G. (1985) A Luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil. São Paulo, Cortez.
- MACRIDIS, R. C. (1992) Contemporary Political Ideologies – Movements and Regimes. New York, Harper Collins Publishers.
- MAZZOTA, M. J. S. (1982) Fundamentos de Educação Especial. São Paulo, Pioneira.
- MILLER, J. (1971) As Idéias de McLuhan. São Paulo, Cultrix.
- NOT, L. (1983) Educação dos Deficientes Mentais. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- SANTOS, M. P. (1997) Educação Especial, Inclusão e Globalização: Algumas Reflexões. Em: Espaço, vol 7, jan-jun 97.
- WERNECK, C. (1997) Ninguém Mais Vai Ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva. Rio de Janeiro, WVA.